CURSO DE BACHARELADO EM PSICOLOGIA

JOSEFA INGRID DOS SANTOS ARAÚJO

O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA EM CRIANÇAS E AS CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

SUMÉ - PB
2026

JOSEFA INGRID DOS SANTOS ARAÚJO

O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA EM CRIANÇAS E AS CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Monografia apresentada ao curso Superior de Psicologia da UNICIR – Faculdade do Cariri, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Psicologia.

Orientadora: Professora Esp. Jocilda de Azevêdo Rodrigues e Ramos.

SUMÉ - PB
2026

A663t Araújo, Josefa Ingrid dos Santos.
O transtorno do espectro autista em crianças e as contribuições da análise do comportamento aplicada: uma revisão de literatura. / Josefa Ingrid dos Santos Araújo. - 2026.

33 f.

Orientadora: Professora Esp. Jocilda de Azevêdo Rodrigues e Ramos.
Monografia – UNICIR - Faculdade do Cariri; Curso de Psicologia.

1. Análise do comportamento aplicada. 2. Crianças com deficiência. 3. Transtorno do espectro autista. 4. I. Ramos, Jocilda de Azevêdo Rodrigues e. II. Título.

CDU: 159.922.76

JOSEFA INGRID DOS SANTOS ARAÚJO

O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA EM CRIANÇAS E AS CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Monografia apresentada ao curso Superior de Psicologia da UNICIR – Faculdade do Cariri, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Psicologia.

BANCA EXAMINADORA:

Professora Esp. Jocilda de Azevêdo Rodrigues e Ramos.
Orientadora - Unicir – Faculdade do Cariri

Professor Esp. Luiz Ricardo Vasconcelos de Mendonça.
Examinadora Interna - Unicir – Faculdade do Cariri

Professora Ma. Elaine Milena Alves Genuíno.
Examinadora Interna - Unicir – Faculdade do Cariri

Trabalho Aprovado em: 08 de junho de 2026.

SUMÉ - PB

Dedico este trabalho a todos aqueles que, de alguma forma, sustentaram meus passos quando o caminho pareceu difícil demais. Em especial à minha mãe, Adelice, por ser a mulher mais forte que conheço e a maior referência de amor que carrego na vida. Minha admiração por você atravessa o tempo, os dias difíceis e cada conquista que vivi até aqui. Tudo o que fez, cada renúncia silenciosa e a força que sempre carregou moldaram quem sou e a mulher que continuo me tornando. À minha irmã, Luiza, com quem aprendi, muito antes de entender o significado, o que é ser alicerce. Fomos força uma para a outra em momentos em que mal sabíamos nomear nossas dores, e talvez por isso exista entre nós esse afeto silencioso que permanece. À minha avó Maria *(in memoriam)*, que continua viva em minhas memórias, atravessando meus dias com a força e o amor que nunca partiram.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, antes de tudo, a Deus, por ter sustentado meu coração nos momentos em que tudo parecia pesado demais. À Nossa Senhora Aparecida, a quem tantas vezes recorri em oração, entregando meus medos, inseguranças e sonhos que hoje se concretizam. E a São José, que me ensinou, através da fé, a compreender a paciência e a confiar que tudo acontece no tempo certo.

À minha família, por ter sido alicerce durante toda essa caminhada, mesmo sem imaginar o quanto foi importante nos dias difíceis. Em especial à minha mãe, por sempre me apoiar, me acolher e me ensinar, com amor e confiança, a seguir meus próprios caminhos. Aos meus irmãos, Enzo e Joana, que, mesmo ainda pequenos e sem compreenderem a dimensão dessa caminhada, trouxeram leveza, carinho e risadas capazes de tornar os dias difíceis muito mais leves.

Ao meu noivo, Igor, que esteve ao meu lado desde o começo dessa jornada, acreditando em mim até quando eu mesma já não conseguia acreditar, e me ajudando de inúmeras formas, para que o caminho se tornasse mais leve. Obrigada pela paciência, pelo cuidado, pelo apoio silencioso e por ser presença firme em meio aos dias incertos. Essa conquista também tem muito de você.

Aos meus professores, que foram muito além da sala de aula e se tornaram referências humanas, amigos e acolhimento ao longo dessa trajetória. Em especial à minha orientadora, Jocilda, por ter conduzido esse processo com tanta sensibilidade e humanidade. Obrigada pela escuta, pela paciência e pela forma cuidadosa com que me acompanhou durante essa caminhada. Sua dedicação, competência e compromisso com aquilo que faz reforçam em mim a admiração pela forma ética, humana e responsável com que exerce sua profissão, exemplo que levarei para minha trajetória profissional. Sua presença permanecerá comigo muito além da vida acadêmica.

Às minhas colegas de turma, que fizeram dessa caminhada um lugar mais leve. Entre risadas, noites cansativas, inseguranças e lágrimas divididas, fomos apoio umas para as outras, e isso fez toda diferença. Em especial à Ana Luiza, por ter sido colo para mim em tantos momentos, de uma forma que ultrapassa qualquer barreira acadêmica. Sua presença, cuidado e amizade permanecerão comigo muito além dessa trajetória.

A todos os meus amigos, que, de alguma forma, acreditaram, torceram por mim e emanaram boas energias durante esse processo, minha gratidão mais sincera.

Essa conquista não é somente minha. Ela carrega um pouco de todos que sonharam comigo e caminharam ao meu lado durante essa travessia.

"A esperança tem duas filhas lindas: a indignação e a coragem. A indignação nos ensina a não aceitar as coisas como estão; a coragem, a mudá-las."

- Santo Agostinho

RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista é uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por déficits persistentes na comunicação e interação social, associados a padrões restritos e repetitivos de comportamento. Diante da crescente prevalência do transtorno e da necessidade de intervenções baseadas em evidências científicas, a Análise do Comportamento Aplicada tem se consolidado como uma das principais abordagens terapêuticas para essa população. O presente estudo teve como objetivo identificar e analisar na literatura científica as contribuições da Análise do Comportamento no tratamento de crianças com Transtorno do Espectro Autista. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, com levantamento bibliográfico realizado nas bases de dados SciELO, LILACS e PUBMED, utilizando os descritores Autismo AND Análise do Comportamento, com recorte temporal de 2016 a 2026 e restrição a artigos em língua portuguesa. Foram encontrados 511 artigos, dos quais apenas 4 atenderem aos objetivos da pesquisa. Os estudos analisados evidenciaram que intervenções baseadas na ABA produzem ganhos significativos em diferentes áreas do desenvolvimento de crianças com TEA, especialmente quando iniciadas precocemente, conduzidas com intensidade adequada e com o envolvimento ativo dos cuidadores no processo terapêutico. Conclui-se que a ABA representa uma abordagem eficaz e clinicamente relevante para o tratamento do TEA na infância, sendo sua integração a um plano de cuidado multimodal fundamental para responder à complexidade do transtorno.

Palavras-chave: análise do comportamento aplicada; crianças com deficiência; transtorno do espectro autista.

ABSTRACT

Autism Spectrum Disorder is a neurodevelopmental condition characterized by persistent deficits in social communication and interaction, associated with restricted and repetitive patterns of behavior. Given the growing prevalence of the disorder and the need for evidence-based interventions, Applied Behavior Analysis has established itself as one of the leading therapeutic approaches for this population. This study aimed to identify and analyze, through the scientific literature, the contributions of Behavior Analysis to the treatment of children with Autism Spectrum Disorder. An integrative literature review was conducted, with a bibliographic search carried out in the SciELO, LILACS, and PUBMED databases using the descriptors Autism AND Behavior Analysis, with a time frame of 2016 to 2026 and restricted to articles published in Portuguese. A total of 511 articles were found, of which only 4 met the research objectives. The studies reviewed provided evidence that ABA-based interventions produce significant gains across different areas of development in children with ASD, particularly when initiated early, delivered with adequate intensity, and supported by the active involvement of caregivers throughout the therapeutic process. It is concluded that ABA represents an effective and clinically relevant approach to the treatment of ASD in childhood, and that its integration into a multimodal care plan is essential to address the complexity of the disorder.

Keywords: applied behavior analysis; autism spectrum disorder; children with disability.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 10

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA..... 12
2.1 O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: HISTÓRICO, PREVALÊNCIA E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS CLÍNICAS..... 12
2.2 ASPECTOS NEUROBIOLÓGICOS, COGNITIVOS E COMPORTAMENTAIS DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA..... 14
2.3 ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA: BASES TEÓRICAS E CONCEITOS CENTRAIS..... 17
2.4 TÉCNICAS CENTRAIS DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA... 19
2.5 A ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA E O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA..... 21

3 METODOLOGIA..... 22

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO..... 23

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 29

REFERÊNCIAS..... 31

1 INTRODUÇÃO

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5-TR), o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é caracterizado por “déficits persistentes na comunicação e na interação sociais, em múltiplos contextos, incluindo déficits em reciprocidade social, em comportamentos não verbais de comunicação usados para interação social e em habilidades para desenvolver, manter e compreender relacionamentos" (APA, 2022, p.36). Trata-se, portanto, de um transtorno do neurodesenvolvimento, cujos sinais se manifestam, em geral, nos primeiros anos de vida e tendem a acompanhar o indivíduo ao longo de seu desenvolvimento. Tais características podem comprometer significativamente o funcionamento social, acadêmico e adaptativo. O diagnóstico é clínico e baseia-se na observação do comportamento em diferentes contextos.

A prevalência do TEA tem sido amplamente discutida na literatura científica e, conforme descrito no DSM-5-TR, observa-se um aumento progressivo no número de diagnósticos, o que pode estar relacionado tanto ao aprimoramento dos critérios diagnósticos quanto à maior conscientização sobre o transtorno. O TEA apresenta manifestações heterogêneas, variando em intensidade e forma de expressão, além de frequentemente estar associado a comorbidades, como transtornos de ansiedade, transtorno de déficit de atenção/hiperatividade, deficiência intelectual e transtorno opositor desafiador (APA, 2022), o que amplia a complexidade do quadro e reforça a necessidade de intervenções individualizadas.

Nesse contexto, as abordagens terapêuticas voltadas ao TEA têm destacado a importância de intervenções baseadas em evidências científicas. Entre elas, a Análise do Comportamento Aplicada (ABA) tem se consolidado como uma das principais estratégias de intervenção, sendo amplamente utilizada para o desenvolvimento de habilidades sociais, comunicativas e adaptativas, bem como para a redução de comportamentos que possam prejudicar a funcionalidade do indivíduo. Derivada do behaviorismo radical de Skinner, a ABA parte do princípio de que o comportamento é aprendido e mantido por sua relação com o ambiente, o que torna possível ensiná-lo e modificá-lo de forma sistemática a partir da análise das contingências que o sustentam.

Entretanto, apesar dos avanços nas pesquisas sobre o TEA, ainda são identificadas lacunas na literatura científica, especialmente no que se refere à sistematização e análise crítica das evidências relacionadas à eficácia das intervenções comportamentais em diferentes contextos e faixas etárias. Essa ausência de organização do conhecimento pode dificultar tanto a atuação profissional quanto a implementação de práticas baseadas em evidências. Diante

desse cenário, formulou-se o seguinte problema de pesquisa: quais são as contribuições da Análise do Comportamento Aplicada, evidenciadas pela literatura científica, no tratamento de crianças com Transtorno do Espectro Autista? A partir dessa questão, esta pesquisa teve como objetivo geral identificar e analisar na literatura científica as contribuições da Análise do Comportamento no tratamento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Como objetivos específicos, buscou-se: caracterizar o Transtorno do Espectro Autista quanto a seus aspectos históricos, epidemiológicos e clínicos; descrever seus fundamentos neurobiológicos, cognitivos e comportamentais; apresentar as bases teóricas, os conceitos centrais e as principais técnicas da Análise do Comportamento Aplicada; e analisar, a partir dos estudos selecionados, as contribuições dessa abordagem no tratamento de crianças com TEA.

Assim, a realização de uma revisão integrativa da literatura mostra-se pertinente, pois permite a síntese de resultados de diferentes pesquisas, a identificação de avanços no campo e a evidência de lacunas que possam orientar futuras investigações acerca da eficácia das intervenções baseadas na Análise do Comportamento no contexto do TEA, possibilitando não apenas a compreensão dos seus efeitos, mas também o direcionamento para o aprimoramento das práticas existentes e o fortalecimento da atuação profissional.

Quanto à delimitação do tema, optou-se por uma revisão integrativa da literatura, método que reúne e sintetiza de forma sistemática os resultados de estudos sobre um mesmo objeto, permitindo uma compreensão mais ampla do estado atual do conhecimento e o fortalecimento da prática baseada em evidências. O levantamento foi realizado nas bases SciELO, LILACS e PUBMED, indexadas na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), a partir dos descritores autismo e análise do comportamento, com recorte temporal de 2016 a 2026 e restrição a artigos publicados na íntegra em língua portuguesa.

Para alcançar esses objetivos, o trabalho está organizado em seções complementares. Após esta introdução, a fundamentação teórica apresenta o Transtorno do Espectro Autista em seus aspectos históricos, epidemiológicos e clínicos, seus fundamentos neurobiológicos, cognitivos e comportamentais e, em seguida, as bases conceituais e as principais técnicas da Análise do Comportamento Aplicada. Na sequência, a metodologia detalha o percurso da revisão, e os resultados e a discussão analisam os estudos selecionados à luz desse referencial, culminando nas considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: HISTÓRICO, PREVALÊNCIA E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS CLÍNICAS

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é definido pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5-TR) como um transtorno do neurodesenvolvimento marcado por déficits persistentes na comunicação e na interação sociais e por padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades (APA, 2022). Suas manifestações surgem, em geral, nos primeiros anos de vida e tendem a acompanhar o indivíduo ao longo de todo o seu desenvolvimento, podendo comprometer de forma significativa o funcionamento social, acadêmico e adaptativo.

Entretanto, do ponto de vista histórico, o TEA passou por importantes transformações conceituais. O autismo integrava, nas versões anteriores dos manuais diagnósticos, um grupo mais amplo denominados “transtornos globais do desenvolvimento”, que, no DSM-IV, reunia condições como a síndrome de Asperger, o transtorno desintegrativo da infância e o transtorno de Rett (APA, 2002). Com a publicação do DSM-5, essas categorias foram unificadas sob o espectro, reconhecendo que as diferentes manifestações do transtorno representam variações de um mesmo quadro clínico, e não diagnósticos distintos. Essa mudança refletiu o acúmulo de evidências científicas que indicavam sobreposição considerável entre as categorias anteriores (Silva; Mulick, 2009).

Nesse cenário, a denominação "espectro" não é casual. Ela expressa a heterogeneidade que marca o transtorno: dois indivíduos com o mesmo diagnóstico podem apresentar perfis funcionais bastante distintos, variando em intensidade dos sintomas, nível de linguagem, habilidades cognitivas e grau de autonomia. Historicamente, os comprometimentos centrais do TEA eram organizados em torno de três domínios, os déficits de habilidades sociais, os déficits de habilidades comunicativas verbais e não verbais e a presença de comportamentos, interesses ou atividades restritos, repetitivos e estereotipados, formulação conhecida como tríade de Wing e adotada em manuais anteriores, como o DSM-IV. Com a publicação do DSM-5, posteriormente mantida no DSM-5-TR, esses domínios foram reorganizados em dois eixos, ou seja, em uma díade: de um lado, comunicação e interação social e, de outro, comportamentos restritos e repetitivos, incorporando ainda a dimensão sensorial como parte dos critérios diagnósticos (APA, 2022; Silva; Mulick, 2009).

Esse quadro tão heterogêneo reflete também os dados de prevalência, que evidenciam um crescimento expressivo no volume de diagnósticos nas últimas décadas: enquanto os primeiros estudos epidemiológicos apontavam uma prevalência de 4 a 5 casos por 10.000 nascimentos em nível mundial, estimativas mais recentes do Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos (CDC) indicam, com base em sua rede de vigilância, uma prevalência de 1 a cada 36 crianças de 8 anos em 2020 (Maenner et al., 2023) e, mais recentemente, de 1 a cada 31 em 2022, o equivalente a cerca de 3,2% dessa população (Shaw et al., 2025), tendência atribuída, ao menos em parte, ao aprimoramento dos critérios diagnósticos, à maior conscientização sobre o transtorno e à ampliação do acesso ao diagnóstico.

No contexto brasileiro, os estudos epidemiológicos de base populacional ainda são escassos. O primeiro levantamento oficial de abrangência nacional surgiu apenas com o Censo Demográfico de 2022, divulgado em 2025, que identificou cerca de 2,4 milhões de pessoas com diagnóstico de TEA, o que corresponde a 1,2% da população. Esse dado, contudo, foi obtido por autodeclaração, a partir de um único quesito do questionário da amostra, sem avaliação clínica direta, razão pela qual não corresponde a uma medida de prevalência no mesmo sentido das pesquisas internacionais conduzidas por vigilância ativa, tendendo a subestimar a magnitude real do transtorno. Por essa razão, as estimativas de prevalência adotadas como referência continuam sendo as do CDC, apresentadas anteriormente, reforçando a importância de políticas públicas e de intervenções baseadas em evidências voltadas à população infantil (IBGE, 2025).

Além disso, frequentemente o TEA se associa a outras condições: a presença de comorbidades como transtornos de ansiedade, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, transtorno do desenvolvimento intelectual e transtorno opositivo desafiador é descrita no DSM-5-TR como parte do quadro de muitos indivíduos diagnosticados (APA, 2022). Silva e Mulick (2009) acrescentam que problemas comportamentais, sensoriais, gastrointestinais e de sono são também relatados com frequência, ampliando a complexidade clínica e reforçando a necessidade de avaliação abrangente e interdisciplinar.

As dificuldades motoras também fazem parte desse quadro. Cerca de 50% dos indivíduos com TEA apresentam prejuízos na coordenação em atividades motoras finas, padrão de marcha atípico e capacidade de equilíbrio reduzida, o que reforça a importância de que as intervenções não se restrinjam às áreas de comunicação e comportamento, mas contemplem também o desenvolvimento psicomotor como parte integrante do processo terapêutico (Nascimento; Bitencourt; Fleig, 2021).

Diante desse panorama, compreende-se que o TEA não se reduz a um conjunto fixo de sintomas, mas representa um quadro amplo, multifacetado e profundamente singular em cada indivíduo. Essa compreensão é o ponto de partida indispensável para qualquer discussão sobre as estratégias de intervenção, em especial aquelas baseadas na Análise do Comportamento Aplicada, cujas contribuições serão examinadas ao longo deste trabalho.

2.2. ASPECTOS NEUROBIOLÓGICOS, COGNITIVOS E COMPORTAMENTAIS DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

O Transtorno do Espectro Autista tem suas bases em alterações do neurodesenvolvimento que afetam de forma ampla e complexa o funcionamento cerebral, cognitivo e comportamental do indivíduo. Compreender esses aspectos é fundamental para que as intervenções sejam planejadas de maneira adequada e sensível às particularidades de cada pessoa dentro do espectro. A natureza heterogênea do transtorno exige que essa compreensão vá além dos sintomas mais visíveis, alcançando os processos internos que sustentam o desenvolvimento da criança ao longo do tempo.

Do ponto de vista neurobiológico, há certo consenso entre os especialistas de que o TEA decorre de disfunções do sistema nervoso central que comprometem o padrão de desenvolvimento da criança desde os primeiros anos de vida. Estudos de neuroimagem e de autópsia têm apontado uma variedade de anormalidades cerebrais em indivíduos com autismo, como tamanhos atípicos das amígdalas e do hipocampo, maturação atrasada do córtex frontal e padrões variados de baixa atividade em diferentes regiões cerebrais, incluindo o sistema límbico. Essas regiões estão diretamente envolvidas em funções como regulação emocional, processamento social, tomada de decisão e controle do comportamento, o que ajuda a compreender por que as dificuldades no TEA se manifestam de modo tão abrangente e interconectado (Silva; Mulick, 2009).

Além dessas alterações estruturais, pesquisas têm evidenciado anormalidades no padrão de crescimento cerebral de crianças autistas. Ao nascer, essas crianças tendem a apresentar circunferência craniana menor que a média, mas entre o primeiro e o segundo ano de vida passam por um crescimento acelerado e desproporcional da cabeça, trajetória que não se observa em crianças com desenvolvimento típico nem naquelas com outros transtornos do desenvolvimento. Esse dado sugere que a organização cerebral no TEA segue um curso atípico

desde os estágios mais precoces, reforçando a importância da identificação e da intervenção antes mesmo que todos os sintomas estejam plenamente manifestos (Silva; Mulick, 2009).

Entretanto, ainda que as pesquisas tenham avançado consideravelmente, nenhum padrão neurológico único foi identificado para o transtorno até hoje. Exames de imagem e registros de atividade cerebral revelam irregularidades diversas, mas sem que seja possível agrupá-las em um perfil consistente. Trata-se de uma condição em que fatores genéticos, biológicos e ambientais se combinam de maneiras distintas em cada pessoa, tornando improvável a existência de uma causa única capaz de explicar todas as suas manifestações.

As investigações genéticas mais recentes mostram que as variações encontradas nos indivíduos autistas são, na maioria das vezes, específicas para cada caso, o que inviabiliza a busca por um marcador genético universal. O que se tem conseguido mapear são fatores que parecem aumentar a suscetibilidade a determinados sintomas, sempre em interação com variáveis ambientais que diferem de um sujeito para outro (Silva; Mulick, 2009; Spies; Gasparotto; Dalgallo, 2025; Ansermet; Giacobino, 2013).

No que diz respeito ao desenvolvimento cognitivo, o TEA impõe desafios que vão além dos déficits sociais e comunicativos mais evidentes. As crianças autistas apresentam dificuldade no mecanismo cognitivo necessário para representar estados mentais, o que compromete os padrões de interação social, os jogos simbólicos, a criatividade e o uso pragmático da linguagem. Essa dificuldade, conhecida como déficit na teoria da mente, afeta a capacidade da criança de compreender que outras pessoas têm pensamentos, sentimentos e intenções diferentes dos seus, impactando profundamente sua forma de se relacionar com o mundo. Os déficits cognitivos também alteram aspectos da linguagem e os processos de codificação da informação, tornando o aprendizado um processo que exige estratégias diferenciadas (Tomazoli et al., 2017).

Em um estudo transversal realizado no Brasil por Tomazoli et al. (2017), conduzido entre 2010 e 2017 com crianças com TEA por meio do instrumento *"Ages & Stages Questionnaires"* identificou-se que 86% dos participantes apresentaram desempenho cognitivo abaixo do esperado para a idade, dado que corrobora a compreensão de que as alterações cognitivas fazem parte do próprio quadro diagnóstico do transtorno.

Um dos aspectos que contribuem para esse ritmo atípico diz respeito ao equilíbrio entre assimilação e acomodação. Na teoria do desenvolvimento cognitivo de Piaget, a assimilação ocorre quando o indivíduo incorpora novas informações a estruturas mentais já existentes, enquanto a acomodação envolve a modificação dessas estruturas para lidar com experiências novas. Em crianças com desenvolvimento típico esses processos tendem a se complementar

dinamicamente, mas em crianças com TEA há uma tendência a concentrar o aprendizado na assimilação, integrando novas informações a esquemas já existentes de forma mais lenta e seletiva. Esse padrão limita a expansão das estruturas cognitivas e se reflete na dificuldade de generalizar aprendizagens para novos contextos, característica intimamente ligada à preferência por rotinas e aos interesses restritos descritos nos critérios do DSM-5-TR (Spies; Gasparotto; Dalgallo, 2025; APA, 2022). Sob a ótica da Análise do Comportamento, esse mesmo fenômeno não é compreendido como uma reorganização de estruturas mentais internas, mas como uma dificuldade no processo de generalização de estímulos, somada a uma tendência à superseletividade de estímulos, na qual a criança passa a responder apenas a um conjunto restrito de elementos do ambiente. Essa leitura traduz a dificuldade de transferir aprendizagens para novas situações em termos das relações entre comportamento e ambiente, mantendo a coerência com o referencial que orienta este trabalho.

Do ponto de vista comportamental, o TEA se manifesta por meio de um conjunto amplo de características que vão além dos comportamentos repetitivos previstos nos critérios diagnósticos. Crianças com autismo frequentemente apresentam hiperatividade, dificuldade de atenção, impulsividade e comportamentos agressivos ou autodestrutivos. Em crianças mais novas, é comum observar baixa tolerância à frustração e reações intensas diante de mudanças na rotina. Esses comportamentos são compreendidos como respostas ao ambiente, e não como escolhas deliberadas, o que reforça a necessidade de uma abordagem clínica baseada na compreensão das funções que esses comportamentos exercem na interação da criança com o seu ambiente (Silva; Mulick, 2009).

São também comuns as respostas sensoriais atípicas, manifestadas como hiper ou hipossensibilidade a estímulos sonoros, visuais, táteis, olfativos e gustativos, alto limiar para a dor e reações intensas a situações ordinariamente inofensivas. Essas particularidades podem influenciar diretamente o comportamento da criança em ambientes escolares e clínicos, interferindo na atenção, na participação em atividades e nas interações sociais. Problemas de sono, dificuldades alimentares e questões gastrointestinais completam o quadro de alterações associadas que, embora não sejam critérios diagnósticos, fazem parte do cotidiano de muitas crianças com TEA e de suas famílias (Silva; Mulick, 2009; APA, 2022).

Nesse cenário, compreende-se que os impactos do TEA se estendem para além da criança, alcançando toda a dinâmica familiar e escolar. No ambiente escolar, estudos mostram que as alterações sensoriais e comunicativas comprometem diretamente a participação do estudante nas atividades, sendo frequente que professores reconheçam as dificuldades dos alunos, mas relatem não dispor de estratégias adequadas para lidar com elas. No contexto

familiar, o diagnóstico é muitas vezes vivenciado com sentimentos de tristeza, negação e insegurança, e o cuidado cotidiano recai de forma desproporcional sobre as mães, que frequentemente abdicam de sua vida profissional e social para se dedicar à criança. Essa sobrecarga tem consequências diretas sobre a saúde física e mental das cuidadoras, tornando o suporte às famílias uma dimensão indispensável de qualquer proposta de intervenção (Monteiro et al., 2020; Reis; Lourenço, 2025; Pinto et al., 2016).

2.3 ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA: BASES TEÓRICAS E CONCEITOS CENTRAIS

A Análise do Comportamento Aplicada, mais conhecida pela sigla ABA (*Applied Behavior Analysis*), tem suas raízes no Behaviorismo Radical, corrente filosófica e científica desenvolvida por Frederic Skinner ao longo do século XX. Entretanto, entender seus fundamentos exige situar o pensamento skinneriano no contexto mais amplo da ciência do comportamento, já que é dessa base filosófica que emergem os princípios que orientam sua prática.

Em *"Sobre o Behaviorismo"*, Skinner (1982) argumenta que a psicologia deveria ter como objeto o comportamento em sua relação com o ambiente, e não processos mentais internos que escapam à observação direta. Essa tomada de posição representou uma virada em relação às abordagens mentalistas que dominavam a psicologia na época. Para Skinner, compreender um comportamento significa identificar as variáveis ambientais que o produzem, o que torna possível tanto prever quanto modificar as ações humanas de forma sistemática.

Nesse contexto, o Behaviorismo Radical se diferencia de outras vertentes do behaviorismo por não ignorar os eventos privados: pensamentos e emoções não são descartados, mas tratados como comportamentos que também ocorrem em relação ao ambiente, ainda que de modo encoberto. Essa posição coloca o sistema skinneriano numa situação singular dentro do debate científico, apresentando afinidades tanto com a ciência moderna, marcada pelo determinismo e pelo empirismo, quanto com propostas mais contemporâneas, como o probabilismo e o pragmatismo.

De forma mais específica, o conceito que organiza toda a prática da ABA é o de contingência de reforçamento, o qual diz respeito a relação entre o que o organismo faz, o contexto em que isso acontece e o que vem depois. Quando uma consequência aumenta a chance de um comportamento se repetir, diz-se que houve reforçamento. Esse reforçamento pode ser positivo, com a chegada de algo agradável, ou negativo, com a retirada de algo

aversivo. Nos dois casos, o resultado é o mesmo: o comportamento se fortalece (Skinner, 1982).

O oposto também ocorre: a punição reduz a probabilidade de um comportamento ocorrer novamente. Há, na literatura da Análise do Comportamento, duas formas principais de entendê-la: a de Skinner e a de Azrin e Holz. Para Skinner, punir é aplicar um estímulo aversivo ou retirar um reforçador positivo, mas isso não garante que o comportamento desapareça de vez, sendo o efeito supressor temporário e explicado pelo surgimento de respostas que competem com o comportamento punido. Já para Azrin e Holz (1966/1975 apud Morales Mayer; Gongora, 2011), a punição vai além do procedimento e é definida pelo próprio efeito comportamental, ou seja, pela redução direta da probabilidade futura da resposta. Por isso, Skinner sempre preferiu o reforçamento positivo como caminho principal de intervenção, orientação que até hoje marca profundamente a prática da ABA (Morales Mayer; Gongora, 2011).

Há ainda a extinção, que ocorre quando um comportamento que antes era reforçado deixa de receber essa consequência e, aos poucos, vai diminuindo. Na prática clínica, a extinção é uma estratégia bastante usada, mas que pede atenção: antes de ceder, o comportamento tende a aumentar em frequência ou intensidade, e podem surgir reações de irritação ou agressividade. Por isso, costuma ser combinada com o reforçamento de comportamentos alternativos (Vermes; Zamignani, 2002).

Em resumo, por trás de tudo isso está uma ideia simples, mas poderosa: o comportamento não acontece no vácuo, ele sempre ocorre em algum contexto, é influenciado por algo que vem antes e é moldado pelo que acontece depois. Skinner chamou essa relação de contingência tríplice: antecedente, comportamento e consequência. Ele também distinguiu dois grandes tipos de comportamento: o respondente, que é reflexo e disparado por estímulos antecedentes, e o operante, que age sobre o ambiente e é mantido por suas consequências. É esse segundo tipo que interessa à ABA, porque é por meio dele que as pessoas aprendem e mudam ao longo da vida (Skinner, 1982).

Para identificar essas relações na prática, a ABA usa a análise funcional do comportamento. Mais do que descrever o que a pessoa faz, ela busca entender por que aquele comportamento ocorre, em que situações aparece e o que o mantém. Uma boa análise funcional leva em conta a história do indivíduo e o fato de que um mesmo comportamento pode ter funções completamente diferentes dependendo do contexto. É isso que separa a ABA de abordagens que se limitam a observar a forma do comportamento sem investigar suas causas (Vermes; Zamignani, 2002).

Do ponto de vista do conhecimento, a ABA aposta no empirismo e no pragmatismo: o que vale é o que pode ser observado, medido e testado. Laurenti (2012) mostra que o modelo de seleção pelas consequências de Skinner dialoga de perto com a teoria evolutiva de Darwin, entendendo o comportamento como algo que varia e é selecionado em três níveis: o da espécie, o do indivíduo e o da cultura. Essa visão amplia muito o alcance da Análise do Comportamento e a coloca em diálogo com outras áreas do conhecimento.

2.4 TÉCNICAS CENTRAIS DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA

A Análise do Comportamento Aplicada dispõe de um conjunto diversificado de técnicas e procedimentos que se fundamentam nos princípios do modelo comportamental descritos anteriormente. Essas técnicas não são aplicadas de forma padronizada e uniforme, desconsiderando o contexto e a subjetividade do indivíduo, mas sim selecionadas e combinadas a partir de uma avaliação individualizada de cada sujeito, considerando seu repertório atual, seus objetivos terapêuticos e as características do ambiente em que está inserido. O que unifica todas essas estratégias é o compromisso com a análise funcional do comportamento e com a tomada de decisões baseada em dados coletados de forma sistemática ao longo de todo o processo de intervenção.

Uma das características mais marcantes da ABA é o acompanhamento contínuo das informações obtidas antes, durante e depois da intervenção, o que permite analisar o progresso individual e subsidiar decisões sobre os programas e estratégias mais adequados para cada caso. Essa postura sistemática é o que diferencia a ABA de abordagens terapêuticas que se baseiam predominantemente na intuição clínica ou em protocolos rígidos (Sousa et al., 2020).

O Treino por Tentativas Discretas, conhecido como DTT, é uma das metodologias mais utilizadas dentro da ABA. As habilidades a serem ensinadas são decompostas em unidades menores e apresentadas de forma estruturada, com instruções claras, seguidas de consequências imediatas que reforçam as aproximações ao comportamento desejado. O DTT é especialmente útil para habilidades que ainda não fazem parte do repertório do indivíduo, permitindo que o profissional controle as condições de aprendizagem e registre com precisão o desempenho em cada tentativa (Sousa et al., 2020).

Já a modelagem segue outra lógica: em vez de aguardar que o comportamento final apareça por conta própria, o profissional vai reforçando pequenas aproximações, passo a passo, até chegar onde se quer. Como define Ferreira (2023, p. 17), trata-se de um "procedimento de ensino gradual de um novo comportamento por meio de reforçamento

diferencial de aproximações sucessivas de respostas, cada vez mais próximas do comportamento-alvo". Skinner (1982) ilustra esse processo com a imagem do escultor diante da argila: assim como pequenas mudanças graduais transformam a massa bruta em uma obra finalizada, o comportamento vai tomando forma aos poucos, sem que em nenhum momento haja um salto brusco. No trabalho com crianças com TEA, esse caminho tem se mostrado especialmente útil para habilidades que dificilmente surgiriam de forma espontânea, como o contato visual, a comunicação funcional e a interação social (Ferreira, 2023).

Entretanto, para que qualquer uma dessas técnicas funcione, é preciso identificar o que realmente motiva aquela pessoa. Os reforçadores podem ser objetos, atividades preferidas ou estímulos sociais como elogios e atenção, mas precisam ser apresentados de forma imediata e contingente ao comportamento desejado. Quanto mais significativo for o reforçador para aquele indivíduo, maior tende a ser o engajamento durante as sessões (Sousa et al., 2020).

A ABA comporta diferentes metodologias de ensino, que variam quanto ao grau de estruturação e ao contexto em que ocorrem. Embora o DTT seja amplamente utilizado por seu formato estruturado e controlado, pais e profissionais relatam que abordagens mais flexíveis tendem a gerar maior engajamento, especialmente quando o ensino se aproxima das situações reais da criança (Sousa et al., 2020). Nesse sentido, a abordagem naturalística organiza o ensino a partir do que acontece no dia a dia da criança, aproveitando os interesses espontâneos como oportunidades de aprendizagem. Quando o reforço já existe no próprio ambiente e tem relação direta com o que a criança fez, o comportamento tende a durar mais, pois o aprendizado que ocorre dentro da sessão precisa se transferir para a vida real (Sousa et al., 2020; Vermes; Zamignani, 2002).

Já quando o objetivo é reduzir comportamentos inadequados, a ABA não recorre à punição como estratégia principal. Em vez disso, utiliza o Reforçamento Diferencial de Outros Comportamentos (DRO), uma técnica que consiste em reforçar positivamente comportamentos que sejam funcionalmente incompatíveis com aquele que se deseja diminuir — ou seja, comportamentos que, por sua própria natureza, não podem ocorrer ao mesmo tempo que o comportamento-problema. Dessa forma, ao invés de simplesmente suprimir uma resposta indesejada por meio de consequências aversivas, o profissional direciona sua atuação para a construção ativa de repertórios comportamentais mais adequados, ampliando as possibilidades de resposta do indivíduo. Essa abordagem reflete um princípio central da ABA: a mudança comportamental sustentável se dá pelo ensino de novas habilidades, e não pela mera eliminação de condutas problemáticas (Vermes; Zamignani, 2002).

Compreende-se, portanto, que a análise funcional do comportamento confere sentido a todo o arcabouço técnico da ABA. Sem a investigação das variáveis que determinam por que um comportamento ocorre e se mantém, qualquer intervenção corre o risco de ser conduzida de forma descontextualizada, desconsiderando os fatores que realmente sustentam aquela resposta para aquele indivíduo em particular. É essa compreensão funcional que, conforme apontam Vermes e Zamignani (2002), torna possível planejar intervenções com real potencial de mudança — intervenções que não apenas modifiquem o comportamento pontualmente, mas que produzam transformações duradouras e significativas.

2.5 A ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA E O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

A Análise do Comportamento Aplicada ocupa hoje posição de destaque entre as abordagens voltadas ao Transtorno do Espectro Autista, sendo descrita na literatura como uma das intervenções com maior respaldo científico para essa população (Sousa et al., 2020). Sua adequação ao quadro decorre da própria natureza do transtorno: como os comprometimentos centrais do TEA envolvem déficits na comunicação e na interação sociais e padrões restritos e repetitivos de comportamento, a ABA atua diretamente sobre a aprendizagem de novos repertórios e sobre a relação entre o comportamento e o ambiente, em vez de buscar causas internas não observáveis (Gaiato et al., 2022).

Do ponto de vista conceitual, essa atuação apoia-se no pressuposto, central ao behaviorismo, de que o comportamento é aprendido e mantido por suas consequências e pelas contingências do ambiente (Skinner, 1982; Laurenti, 2012). A partir desse princípio, as dificuldades da criança com TEA passam a ser compreendidas não como traços fixos, mas como repertórios que podem ser ensinados, ampliados ou modificados. O ponto de partida da intervenção é a análise funcional, que investiga as variáveis que determinam por que um comportamento ocorre e se mantém, conferindo sentido ao conjunto de técnicas empregadas e permitindo planejar intervenções individualizadas e com real potencial de mudança (Vermes; Zamignani, 2002).

3 METODOLOGIA

O presente estudo qualitativo descritivo versando sobre as contribuições da Análise do Comportamento no tratamento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), foi realizado por meio de uma revisão integrativa da literatura. Esta, considerada a mais ampla abordagem metodológica dentre os tipos de revisão, permite incluir estudos com diferentes delineamentos e sintetizar seus resultados em torno de uma mesma questão, contribuindo para a prática baseada em evidências (Souza; Silva; Carvalho, 2010). O método surgiu a partir da necessidade de assegurar uma prática assistencial embasada em evidências científicas, apontada como uma ferramenta ímpar no campo da saúde, pois sintetiza as pesquisas disponíveis acerca de determinada temática com o intuito de direcionar a prática fundamentada em conhecimento científico.

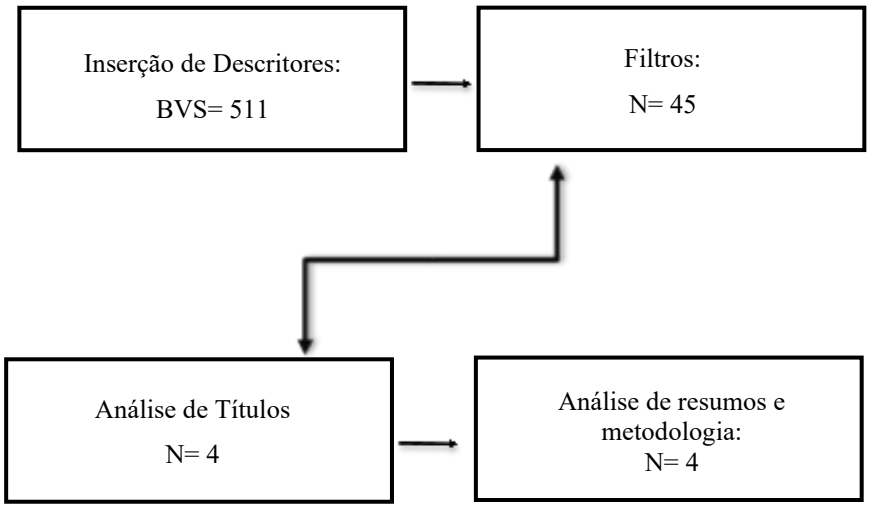
Para coleta de dados, foi realizado um levantamento bibliográfico nas bases de dados indexadas na BVS - Biblioteca Virtual de Saúde: SciELO, LILACS e PUBMED, onde foram utilizados os descritores em português: “autismo” AND “análise do comportamento”. A busca foi realizada entre fevereiro e março de 2026, sendo incluídos artigos publicados entre os anos de 2016 e 2026, na língua portuguesa, publicados na íntegra e que abordassem as contribuições da análise do comportamento no tratamento de crianças com transtorno do espectro autista. Foram excluídos resumos, revisões de literatura, textos incompletos.

Por se tratar de revisão bibliográfica baseada exclusivamente em dados secundários de domínio público, sem envolvimento direto de seres humanos, esta pesquisa não foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), porém, foram seguidas as diretrizes de boas práticas científicas, incluindo a citação fidedigna de todas as fontes, o respeito aos direitos autorais e a transparência metodológica em todas as etapas (estratégias de busca, critérios de elegibilidade, processos de seleção e síntese), de modo a assegurar reprodutibilidade e rastreabilidade dos procedimentos adotados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da associação dos descritores, encontrou-se um total de 511 estudos. Após a filtragem relativa ao ano (2016 a 2026), idioma (português) e texto completo, restaram 45 artigos. Em seguida, procedeu-se à análise criteriosa dos títulos e dos resumos, etapa em que foram excluídos os estudos que, embora recuperados pelos descritores, não tratavam especificamente das contribuições da Análise do Comportamento no tratamento de crianças com TEA, além de resumos, revisões de literatura e textos incompletos, conforme os critérios de elegibilidade definidos. Restaram, assim, 4 estudos potencialmente relevantes. Após a leitura minuciosa dos resumos e metodologias, manteve-se o total de 4 estudos incluídos na revisão, conforme ilustrado na Figura 1.

Figura 1 - Etapas metodológicas para seleção de artigos



Fonte: Dados da pesquisa, 2026

Desta forma, foram utilizados 4 artigos, sendo 1 estudo experimental controlado, 1 estudo de caso único, 1 estudo quantitativo com delineamento de grupo e 1 estudo descritivo quantitativo, os quais serão descritos e detalhados no quadro a seguir:

Quadro 1 - Descrição dos artigos incluídos na pesquisa

TÍTULO, AUTOR/ANO	OBJETIVO	AMOSTRA	TIPO DE ESTUDO	CONCLUSÃO
Programa ABA para pais e o desenvolvimento verbal de crianças com TEA (Ferreira; Chiodelli; Rodrigues, 2025).	Descrever e avaliar os efeitos de um programa de orientação para pais, baseado na ABA sobre o comportamento verbal de seus filhos com TEA.	34 famílias brasileiras	Estudo experimental controlado	O estudo evidenciou a efetividade da ABA no desenvolvimento verbal de crianças com TEA, com impacto positivo em 31% dos comportamentos avaliados no grupo que recebeu orientação parental, sugerindo ganhos clinicamente relevantes em comunicação funcional, interação social e inclusão das crianças com TEA.
Prática profissional de psicólogos que atuam com intervenção para o transtorno do espectro autista (Holanda Júnior; Maia, 2024)	Caracterizar as práticas profissionais de psicólogos brasileiros que atuam com intervenções para o TEA.	104 psicólogos com registro profissional ativo e que trabalham no âmbito das intervenções e terapias para o TEA.	Estudo descritivo quantitativo	O estudo revelou que 81,7% dos psicólogos brasileiros que atuam com TEA utilizam a ABA como principal abordagem, seguida pelo Modelo Denver (28,8%) e pela TCC (23%). A maioria atende crianças em contexto privado, e há relação positiva entre atualização científica e frequência de orientação parental. Entre os principais desafios relatados estão a escassez de profissionais qualificados, os altos custos de formação e a sobrecarga de trabalho.
Efeitos de 5 anos de intervenção comportamental intensiva no	Verificar os efeitos da aplicação de um modelo de Intervenção Comportamental	Uma criança de 2 anos e 2 meses, não falante, com	Estudo de caso único	De maneira geral, a criança apresentou ganhos gradativos no desenvolvimento, ano após

desenvolvimento de uma criança com autismo (Andalécio et al., 2019)	Intensiva, realizado por meio da capacitação dos cuidadores, no desenvolvimento de uma criança com autismo gravemente comprometida e não falante.	diagnóstico prévio de autismo, sem o diagnóstico de comorbidades		ano. Ganhos mais rápidos foram observados no PEP-R em habilidades mais básicas, como integração olho-mão, percepção, coordenação motora fina e motora grossa.
Efeitos de Intervenção Comportamental Intensiva Realizada por Meio da Capacitação de Cuidadores de Crianças com Autismo (Gomes et al., 2019)	Avaliar os efeitos da ICI realizada por cuidadores (pais, estagiários ou babás) especialmente capacitados para a tarefa sobre o desenvolvimento de crianças brasileiras com autismo.	32 crianças com diagnóstico de autismo	Estudo quantitativo com delineamento de grupo.	Foram evidenciados ganhos significativos em todas as áreas do desenvolvimento das crianças com autismo que passaram pelo primeiro ano de Intervenção Comportamental Intensiva, enquanto as crianças do grupo controle apresentaram ganhos menos expressivos. Crianças mais novas, que falavam e que apresentavam sintomas mais brandos de autismo obtiveram melhores resultados."

Fonte: Dados da pesquisa, 2026.

Quanto à caracterização dos estudos que compuseram o corpus, observa-se que as publicações se concentram em dois momentos: dois trabalhos datam de 2019 (Andalécio et al., 2019; Gomes et al., 2019) e dois são mais recentes, de 2024 e 2025 (Holanda Júnior; Maia, 2024; Ferreira; Chiodelli; Rodrigues, 2025), o que reflete tanto o interesse já consolidado quanto a atualidade do tema. Os artigos foram veiculados em periódicos de diferentes áreas, com predomínio da Psicologia, presentes em Psicologia: Teoria e Pesquisa, Interação em Psicologia e Ciências Psicológicas, além de uma publicação no campo da Educação Especial, na Revista Brasileira de Educação Especial. Quanto ao delineamento, há variedade metodológica, abrangendo desde estudo de caso único e pesquisa descritiva quantitativa até

estudo experimental controlado, o que permite analisar as contribuições da ABA a partir de diferentes perspectivas.

A análise conjunta dos quatro estudos selecionados revela perspectivas complementares sobre a aplicação da ABA, permitindo uma compreensão mais abrangente do que aquela oferecida por cada trabalho isoladamente. Embora partam de recortes distintos — seja nos contextos de intervenção, nas populações investigadas ou nas variáveis analisadas — os estudos convergem em pontos fundamentais que merecem ser aprofundados à luz do referencial teórico apresentado.

O estudo realizado por Ferreira, Chiodelli e Rodrigues (2025) avaliou os efeitos de um programa de orientação parental baseado na ABA sobre o desenvolvimento verbal das crianças com autismo, e o resultado foi claro: o grupo cujos pais participaram do programa evoluiu significativamente mais, com impacto positivo em 31% dos comportamentos verbais avaliados. Ganhos em comunicação funcional e interação social também foram registrados. Esses achados corroboram o que a abordagem naturalística já preconiza: quando o aprendizado ocorre nos contextos reais da criança, mediado pelas pessoas que integram seu cotidiano, os efeitos tendem a ser mais duradouros.

Essa perspectiva de continuidade do aprendizado ao longo do tempo ganha ainda mais sentido quando se observa trajetórias individuais de desenvolvimento. Andalécio et al. (2019) acompanharam longitudinalmente uma única criança ao longo de cinco anos. No início da intervenção, ela tinha dois anos e dois meses, não apresentava fala e recebia diagnóstico de autismo grave. Ao longo do tempo, os registros evidenciaram ganhos graduais em diferentes áreas, com avanços mais expressivos nas habilidades motoras básicas e ganhos mais acentuados em linguagem e cognição a partir do terceiro ano de acompanhamento — período que coincidiu com a emergência da fala. O estudo ilustra, na prática clínica, o que o princípio da modelagem comportamental descreve: o repertório vai sendo construído de forma incremental, sem que se exija o domínio completo antes de cada novo passo.

Vale destacar ainda que a intervenção não ficou restrita ao consultório, tendo sido conduzida também no ambiente escolar, com um mediador acompanhando a criança em período integral — o que favoreceu a generalização dos ganhos para os diferentes contextos de vida da criança, algo que Portes e Vieira (2022) e Reis e Lourenço (2025) apontam como condição indispensável para resultados duradouros.

Se o estudo anterior aponta para a importância do tempo e da continuidade, Gomes et al. (2019) acrescentam outra dimensão igualmente relevante: o perfil da criança quando a intervenção se inicia. Os autores conduziram uma intervenção com 32 crianças distribuídas

entre grupo experimental e grupo controle, e os resultados favoreceram o grupo submetido à intervenção comportamental intensiva, com ganhos significativos em todas as áreas do desenvolvimento avaliadas. Um achado merece destaque: crianças mais jovens, com repertório verbal presente e sintomatologia mais leve apresentaram maior evolução. Esse dado reforça tanto a relevância do diagnóstico e início precoce da intervenção quanto a necessidade de uma avaliação criteriosa do perfil individual de cada criança antes do planejamento terapêutico. Nascimento, Bitencourt e Fleig (2021) reforçam essa perspectiva ao apontar que o Treinamento de Imitação Recíproca também apresenta resultados mais promissores quando aplicado precocemente, com impacto positivo no desenvolvimento da linguagem a longo prazo.

Diante de evidências que apontam consistentemente para os benefícios da ABA quando bem aplicada, torna-se inevitável questionar as condições em que essa aplicação de fato ocorre. Holanda Júnior e Maia (2024) deslocaram o olhar das crianças para os profissionais que atuam com essa população. Entre os 104 psicólogos brasileiros participantes do estudo, 81,7% relataram utilizar a ABA em sua prática — dado que confirma sua predominância no cenário nacional. O Modelo Denver aparece em segundo lugar, adotado por 28,8% dos profissionais, seguido pela TCC, presente na prática de 23% dos entrevistados. O estudo também identificou associação positiva entre atualização científica e frequência de orientação parental oferecida às famílias.

A presença do Modelo Denver entre as abordagens mais utilizadas não é coincidência. Com raízes na própria ABA, ele incorpora elementos da psicologia do desenvolvimento e coloca as interações naturais e o papel dos pais no centro do processo terapêutico. Essa ênfase no cotidiano e na participação familiar ecoa o que os estudos de Ferreira, Chiodelli e Rodrigues (2025) e Andalécio et al. (2019) já haviam apontado: envolver quem cuida da criança está entre os fatores mais consistentemente associados a resultados expressivos. Isso sugere que, independentemente do modelo adotado, a presença ativa da família não é um detalhe secundário — é parte estruturante da intervenção. A flexibilidade da ABA, que parte do repertório que a criança já tem e constrói a partir daí respeitando o ritmo de cada um, é o que sustenta essa adaptabilidade aos diferentes contextos e perfis dentro do espectro.

A Terapia Cognitivo Comportamental (TCC) ocupa um espaço diferente nesse cenário. Ela não concorre com a ABA, mas a complementa em situações específicas, sobretudo quando o TEA vem acompanhado de ansiedade ou humor deprimido, e em pessoas com habilidades verbais e cognitivas mais preservadas. Sua presença entre as abordagens utilizadas pelos profissionais reflete menos uma disputa de paradigmas e mais uma adaptação às demandas clínicas reais.

Ainda assim, o estudo de Holanda Júnior e Maia (2024) revelou um cenário estrutural preocupante que atravessa todas essas abordagens: a escassez de profissionais qualificados, os elevados custos de formação continuada e a sobrecarga de trabalho são obstáculos concretos que comprometem a qualidade do que chega às famílias. E o problema não para na formação — ele se estende ao acesso. Uma intervenção comportamental intensiva de qualidade exige quarenta horas semanais de atendimento, profissionais especializados, materiais adequados e supervisão contínua. No contexto brasileiro, esse custo ainda recai quase inteiramente sobre as famílias, e para a maior parte delas, sem qualquer suporte institucional, é simplesmente inviável. Muitas crianças chegam tarde à intervenção — ou não chegam de forma alguma.

A formação insuficiente agrava ainda mais esse quadro. A ABA aplicada sem o devido embasamento técnico não produz os mesmos efeitos documentados na literatura — é uma versão empobrecida de uma abordagem que, quando conduzida com rigor, tem potencial real de transformar trajetórias de desenvolvimento. Garantir que ela chegue a mais crianças, com qualidade, exige enfrentar simultaneamente as barreiras de acesso e as lacunas na formação dos profissionais que a colocam em prática.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou identificar e analisar as contribuições da Análise do Comportamento Aplicada no tratamento de crianças com Transtorno do Espectro Autista, objetivo que se mostrou plenamente alcançável a partir da leitura articulada das produções acadêmicas selecionadas. O percurso ao longo desta revisão integrativa permitiu não apenas mapear o que a literatura nacional tem produzido sobre o tema, mas também compreender, com mais profundidade, o que está em jogo quando se fala em intervir com qualidade junto a crianças com TEA.

Os quatro estudos analisados, embora distintos em seus delineamentos e nas populações investigadas, chegam a uma conclusão comum: a ABA produz ganhos reais e mensuráveis no desenvolvimento de crianças com TEA, especialmente quando iniciada de forma precoce, conduzida com intensidade adequada e sustentada pelo envolvimento ativo dos cuidadores. Do ponto de vista das implicações para a prática clínica, os achados desta revisão também deixam claro que atuar com TEA exige muito mais do que domínio técnico de procedimentos e que, a orientação parental não pode ser tratada como um complemento ao tratamento — ela é parte central do processo.

A sobrecarga vivida pelos cuidadores, documentada por Portes e Vieira (2022), também exerce consequências diretas sobre a qualidade das interações com a criança, o que torna o cuidado às famílias uma dimensão indispensável de qualquer plano terapêutico bem construído. Além disso, ficou evidente que nenhuma abordagem isolada é suficiente para responder à complexidade do espectro: fonoaudiologia, terapia ocupacional, psicoeducação e, quando necessário, intervenção farmacológica compõem um cuidado multimodal que responde de forma mais completa às necessidades de cada criança. Assim, a ABA ocupa um lugar central nesse conjunto, mas não exclusivo. O psicólogo que atua nessa área precisa também se reconhecer como agente de transformação social, capaz de defender políticas públicas que ampliem o acesso às intervenções baseadas em evidências para além das famílias que podem custear tratamentos privados.

Esta revisão tem limitações que precisam ser reconhecidas. O número reduzido de estudos incluídos decorre dos critérios de inclusão adotados e não autoriza generalizações mais amplas sobre a eficácia da ABA. A opção por artigos em língua portuguesa, coerente com o propósito de mapear a produção científica nacional, pode deixar de fora evidências relevantes produzidas em outros contextos. O recorte temporal adotado, de 2016 a 2026, representa uma janela específica dessa produção, e a diversidade metodológica entre os estudos — que vai de

um estudo de caso único a pesquisas com grupos de comparação — é inerente ao campo e dificulta comparações diretas entre os resultados, embora reflita a pluralidade de formas de investigar o TEA.

Por fim, os estudos analisados apontam caminhos importantes para a pesquisa futura, indicando a necessidade de estudos longitudinais com amostras maiores para consolidar as evidências sobre os efeitos de longo prazo da ABA bem como investigações que contemplem diferentes níveis de suporte e faixas etárias, buscando a ampliação da compreensão sobre a eficácia da abordagem em perfis variados dentro do espectro. Especificamente no contexto brasileiro, pesquisas que analisem os fatores que dificultam o acesso às intervenções baseadas em evidências para populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica seriam especialmente necessárias assim como estudos que avaliem o impacto da orientação parental sobre o bem-estar das famílias — e não apenas sobre o desenvolvimento das crianças — representam uma lacuna que a produção nacional ainda precisa preencher.

Espera-se que este trabalho contribua, ainda que de forma modesta, para o fortalecimento de uma prática clínica mais informada, mais ética e mais comprometida com as crianças com TEA e com as famílias que as acompanham.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-IV-TR. 4. ed. **rev. Porto Alegre: Artmed**, 2002.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5-TR. 5. ed. **rev. Porto Alegre: Artmed**, 2022.

ANDALÉCIO, A. C. G. S. A. M. et al. Efeitos de 5 anos de intervenção comportamental intensiva no desenvolvimento de uma criança com autismo. **Revista Brasileira de Educação Especial,** Bauru, v. 25, n. 3, p. 389-402, jul./set. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbee/a/GT3rB6wPnRtXMBQw87tnYJd/?format=html&lang=pt. Acesso em: 3 abr. 2026.

ANSERMET, F.; GIACOBINO, A**. Autismo:** a cada um o seu genoma. Petrópolis: KBR, 2013.

FERREIRA, A. L. Modelagem como procedimento para o ensino de novos comportamentos. Espectro – **Revista Brasileira de Análise do Comportamento Aplicada ao Autismo**, v. 2, n. 1, p. 16-31, jul. 2023. Disponível em: https://www.espectro.ufscar.br/index.php/1979/article/view/29. Acesso em: 5 abr. 2026.

FERREIRA, T. da S.; CHIODELLI, T.; RODRIGUES, O. M. P. R. Programa ABA para pais e o desenvolvimento verbal de crianças com TEA. **Ciências Psicológicas**, v. 19, n. 1, e-4030, 2025. Disponível em: http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1688-42212025000101219. Acesso em: 8 abr. 2026.

GAIATO, M. et al. Análise do comportamento aplicada ao autismo embasada em estratégias naturalísticas: revisão da literatura. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 15, n. 6, e10919, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.25248/REAS.e10919.2022. Acesso em: 10 jun. 2026.

GOMES, C. G. S. et al. Efeitos de Intervenção Comportamental Intensiva realizada por meio da capacitação de cuidadores de crianças com autismo. **Psicologia: Teoria e Pesquisa,** Brasília, v. 35, e3523, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ptp/a/VYGp5KQGdpsTHPj8LpHNdBM/?lang=pt. Acesso em: 2 abr. 2026.

HOLANDA JÚNIOR, F. W. N.; MAIA, S. N. S. Prática profissional de psicólogos que atuam com intervenção para o transtorno do espectro autista. **Interação em Psicologia**, v. 28, n. 2, p. 116-125, 2024. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/86890. Acesso em: 10 abr. 2026.

IBGE. **Censo Demográfico 2022:** pessoas com deficiência e pessoas diagnosticadas com transtorno do espectro autista – resultados preliminares da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102178. Acesso em: 15 jun. 2026.

LAURENTI, C. O lugar da Análise do Comportamento no debate científico contemporâneo. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 28, n. 3, p. 367-376, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ptp/a/hYfHQYjq84tDVs3KJqmMhMk/?format=html&lang=pt. Acesso em: 6 abr. 2026.

MAENNER, M. J. et al. Prevalence and characteristics of autism spectrum disorder among children aged 8 years – Autism and Developmental Disabilities Monitoring Network, 11 sites, United States, 2020. **MMWR Surveillance Summaries**, v. 72, n. 2, p. 1-14, 2023. Disponível em: https://www.cdc.gov/mmwr/volumes/72/ss/ss7202a1.htm. Acesso em: 13 jun. 2026.

MONTEIRO, R. C. et al. Percepção de professores em relação ao processamento sensorial de estudantes com Transtorno do Espectro Autista. **Revista Brasileira de Educação Especial,** Bauru, v. 26, n. 4, p. 623-638, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbee/a/6mdg7TjHZHpSgZzsBCxZ6Ss/?lang=pt. Acesso em: 12 abr. 2026.

MORALES MAYER, P. C.; GONGORA, M. A. N. Duas formulações comportamentais de punição: definição, explicação e algumas implicações. **Comportamentalia,** v. 19, p. 47-63, 2011. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0188-81452011000400003&script=sci_abstract. Acesso em: 9 abr. 2026.

NASCIMENTO, I. B.; BITENCOURT, C. R.; FLEIG, R. Estratégias para o transtorno do espectro autista: interação social e intervenções terapêuticas**. Jornal Brasileiro de Psiquiatria,** Rio de Janeiro, v. 70, n. 2, p. 179-187, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/jbpsiq/a/DQNzt7JYrHxTkrV7kqkFXyS/?format=html&lang=pt. Acesso em: 14 abr. 2026.

PINTO, R. N. M. *et al.* Autismo infantil: impacto do diagnóstico e repercussões nas relações familiares. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 37, n. 3, e61572, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rgenf/a/Qp39NxcyXWj6N6DfdWWDDrR/?lang=pt. Acesso em: 16 abr. 2026.

PORTES, J. R. M.; VIEIRA, M. L. Percepção parental sobre o filho com autismo: as repercussões na adaptação familiar. **Psicologia em Pesquisa**, Juiz de Fora, v. 16, p. 1-23, 2022. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1982-12472022000200005&script=sci_abstract. Acesso em: 11 abr. 2026.

REIS, H. C.; LOURENÇO, G. F. Avaliação de ações formativas para interações mediadas por Comunicação Alternativa junto a aluno com autismo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Dourados, v. 31, e0137, p. 1-18, 2025. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbee/a/4FwGw5ZjPh8tp6shCwrzjcw/?format=html&lang=pt. Acesso em: 15 abr. 2026.

SHAW, K. A. et al. Prevalence and early identification of autism spectrum disorder among children aged 4 and 8 years – Autism and Developmental Disabilities Monitoring Network, 16 sites, United States, 2022. **MMWR Surveillance Summaries**, v. 74, n. 2, p. 1-22, 2025. Disponível em: https://www.cdc.gov/mmwr/volumes/74/ss/ss7402a1.htm. Acesso em: 11 jun. 2026.

SILVA, M.; MULICK, J. A. Diagnosticando o transtorno autista: aspectos fundamentais e considerações práticas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 116-131, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pcp/a/RP6tV9RTtbLNF9fnqvrMVXk/abstract/?lang=pt. Acesso em: 4 abr. 2026.
SKINNER, B. F. **Sobre o behaviorismo.** São Paulo: Cultrix, 1982.

SOUSA, D. L. D. et al. Análise do Comportamento Aplicada: a percepção de pais e profissionais acerca do tratamento em crianças com Espectro Autista. **Contextos Clínicos,** v. 13, n. 1, p. 104-124, 2020. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1983-34822020000100007. Acesso em: 9 abr. 2026.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?lang=pt. Acesso em: 17 jun. 2026.

SPIES, M. F.; GASPAROTTO, G. S.; DALGALLO, V. S. Caracterização do perfil de desenvolvimento cognitivo em crianças com Transtorno do Espectro Autista. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 31, e0288, 2025. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbee/a/pMBSbDTjDznSnvNDPhmCKtw/abstract/?lang=pt. Acesso em: 7 abr. 2026.

TOMAZOLI, L. S. et al. Rastreio de alterações cognitivas em crianças com Transtorno do Espectro Autista. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 23-32, 2017. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872017000300002. Acesso em: 13 abr. 2026.

VERMES, J. S.; ZAMIGNANI, D. R. A perspectiva analítico-comportamental no manejo do comportamento obsessivo-compulsivo: estratégias em desenvolvimento. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, São Paulo, v. 4, n. 2, 2002. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452002000200006. Acesso em: 1 abr. 2026.